



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE.

Às 15 horas do dia 5/4/18, no Plenário Amyntas de Barros, sob a presidência do vereador Henrique Braga, sendo secretário o vereador Catatau, reuniu-se a Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, o presidente abriu a reunião e, após a leitura, pelo vereador Professor Wendel Mesquita, de um versículo das escrituras sagradas, pronunciou as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Belo Horizonte, iniciamos nossos trabalhos". O vereador Doorgal Andrada solicitou que fosse dispensada a leitura da Ata da 22ª Reunião Ordinária, realizada em 3/4/18. Colocado em votação, o pedido de dispensa foi aprovado, e o presidente declarou a ata aprovada. Usaram a palavra, na parte reservada para pronunciamento sobre assunto relevante, os vereadores: 1) DOORGAL ANDRADA: solicitou a verificação do quórum. Foi registrada a presença de 21 vereadores, número suficiente para o prosseguimento da reunião. O vereador BIM DA AMBULÂNCIA, inscrito como primeiro orador, deixou de fazer uso da palavra por estar ausente do plenário naquele momento. O vereador GABRIEL, inscrito como segundo orador, declinou do uso da palavra. Às 15h4min, passou-se à apreciação da PRIMEIRA PARTE da ORDEM DO DIA. EM TURNO ÚNICO - VETO: 1) Projeto de Lei nº 427/17 - "Veto parcial à Proposição de Lei nº 90/17 que 'Dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o quadriênio 2018-2021". Autoria: Executivo - Mensagem nº 13, de 29/9/17. A vereadora Nely assumiu a secretaria. Passou-se à votação do veto à parte não destacada. Os vereadores Arnaldo Godoy e Mateus Simões usaram a palavra para encaminhar a votação. Votaram 32 vereadores, sendo 32 votos SIM. Mantido o veto. Passou-se à votação do veto ao art. 15. Os vereadores Gabriel, Arnaldo Godoy e Mateus Simões usaram a palavra para



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

encaminhar a votação. Votaram 36 vereadores, sendo 16 votos SIM, 17 votos NÃO e 3 ABSTENÇÕES. Mantido o veto. Passou-se à votação do veto ao item 8 do art. 5º. Os vereadores Mateus Simões, Gabriel, Arnaldo Godoy, Gilson Reis, Léo Burguês de Castro e Reinaldo Gomes usaram a palavra para encaminhar a votação. Votaram 36 vereadores, sendo 26 votos SIM e 10 votos NÃO. Mantido o veto. Os vereadores Mateus Simões e Gilson Reis usaram a palavra para declaração de voto. EM TURNO ÚNICO: 2) Requerimento nº 22/18 - "Preferência para o Projeto de Lei nº 345/17 em relação aos demais itens da pauta". Autoria: vereador Eduardo da Ambulância. Indeferido. EM PRIMEIRO TURNO: 3) Projeto de Lei nº 257/17 - "Autoriza o Poder Executivo a implementar a gratuidade nos transportes públicos de passageiros às pessoas maiores de 60 anos, na forma que especifica". Autoria: vereador Edmar Branco. Os vereadores Pedro Patrus e Jair Di Gregório usaram a palavra para discutir o projeto. O vereador Edmar Branco usou a palavra para encaminhar a votação. Votaram 37 vereadores, sendo 35 votos SIM e 2 votos NÃO. Aprovado. O vereador Edmar Branco usou a palavra para declaração de voto. Os seguintes vereadores usaram o tempo destinado à liderança de partido, nos termos do art. 34 do Regimento Interno - RI: MATEUS SIMÕES: informou ter sido protocolado projeto de lei com o objetivo de garantir o cumprimento de regras, entre outras, relativas a prazo de entrega e especificações técnicas na edificação de obras públicas. Ressaltou a importância desse projeto para evitar corrupção em obras públicas e avaliou que, se o referido projeto for aprovado, o Município será pioneiro na implantação de medida com esse objetivo. Agradeceu a iniciativa dos vereadores que, além dele, são autores do projeto; ARNALDO GODOY: protestou contra a rejeição, pelo Supremo Tribunal Federal - STF, do *habeas corpus* impetrado em favor do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Opinou tratar-se da continuidade de um golpe de estado, iniciado, segundo ele, em 2014 e com tendências a ampliar-se por meio da retirada de direitos, entrega de riquezas do País ao



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

capital estrangeiro e perda da soberania. Considerou indevida a atitude da presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, de colocar em votação o referido *habeas corpus* pelo STF. Ressaltou a importância do mencionado ex-presidente como símbolo, não somente de um projeto de trabalho do Partido dos Trabalhadores - PT, mas também de movimentos sociais, justiça social, autonomia, soberania e liberdade de expressão. FERNANDO BORJA: manifestou posicionamento contrário às considerações do vereador Arnaldo Godoy. Exibiu vídeo alusivo ao projeto lei que institui o programa Escola sem Partido. Assumiu a secretaria o vereador Catatau. O vereador Fernando Borja salientou a expectativa de apreciação, em breve, e de aprovação de projeto de lei sobre o mesmo tema no Congresso Nacional. Avaliou que existe doutrinação de alunos em escolas públicas do Município e disse acreditar que o programa Escola sem Partido gerará mudanças significativas no País. O vereador Fernando Borja solicitou verificação de quórum. Feita a chamada, o presidente informou que havia número regimental para a continuidade dos trabalhos. Usando também o tempo de liderança, nos termos do art. 34 do RI, o vereador GILSON REIS informou que será realizada reunião, em 18/4/18, com o ministro do STF Luís Roberto Barroso para a resolução de questões relativas ao programa Escola sem Partido por meio desse tribunal. Afirmou que há oposição de parte significativa dos ministros do STF a esse programa. Referindo-se à rejeição do *habeas corpus* impetrado em favor do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, considerou que, para que isso ocorresse, o STF atuou à revelia da Constituição Federal. Observou que ninguém pode ser preso antes de encerrar todo o trâmite do processo em que é réu. Opinou que está em curso um golpe de estado com objetivo de impedir que Luiz Inácio Lula da Silva participe das próximas eleições, por ter maioria dos votos, conforme pesquisas. Disse acreditar que a elite social que se opõe ao mencionado ex-presidente não terá candidato com possibilidade de eleger-se presidente da República. Disse ter conhecimento de que o apartamento que motivou



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

o pedido de prisão de Luiz Inácio Lula da Silva será leiloado em breve para a quitação de dívidas de seu real proprietário. Avaliou que o referido ex-presidente foi condenado por crime que não cometeu. O vereador Gilson Reis solicitou verificação de quórum. Foi constatada a presença de 20 vereadores, número insuficiente para a continuidade dos trabalhos. Ficaram transferidas para a 25ª Reunião Ordinária, a realizar-se em 6/4/18, as seguintes proposições: projetos de lei nºs 1.842/16, 215, 320, 188 e 34/17; requerimentos nºs 19 e 21/18; projetos de lei nºs 311 e 318/17 e 1.310/14; Requerimento nº 20/18; projetos de lei nºs 262 e 345/17; Moção nº 22/17; requerimentos nºs 29 e 30/18. Estiveram presentes, ao longo da reunião, 38 vereadores, a saber: Arnaldo Godoy, Áurea Carolina, Autair Gomes, Bim da Ambulância, Carlos Henrique, Catatau, Cida Falabella, Cláudio da Drogaria Duarte, Doorgal Andrada, Dr. Nilton, Edmar Branco, Eduardo da Ambulância, Elvis Côrtes, Fernando Borja, Fernando Luiz, Flávio dos Santos, Gabriel, Gilson Reis, Henrique Braga, Irlan Melo, Jair Di Gregório, Jorge Santos, Juliano Lopes, Juninho Los Hermanos, Léo Burguês de Castro, Marilda Portela, Mateus Simões, Nely, Orlei, Osvaldo Lopes, Pedrão do Depósito, Pedro Bueno, Pedro Patrus, Preto, Professor Wendel Mesquita, Reinaldo Gomes, Rafael Martins e Wesley Autoescola. O presidente declarou encerrados os trabalhos às 15h56min. Para constar, lavrou-se esta ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo(a) presidente e pelo(a) secretário(a) da reunião em que for comunicada a sua aprovação.

Presidente:.....

Secretário(a):.....